

## FECHE OS OLHOS MEU BEM, NADA VAI TE ACORDAR: NOTA SOBRE O SILENCIAMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Thaís Martello <sup>1</sup>  
 <https://orcid.org/>

Cleide Vitor Mussini Batista <sup>2</sup>  
 <https://orcid.org/0000-0002-2213-1496>

**Resumo:** Apesar de acompanharmos na história da infância um período de negligência com o bebê e as crianças, os estudos e pesquisas nesta faixa etária que compreende a etapa da educação infantil de 0 a 6 anos demonstraram que as experiências e vivências neste período são constituintes do sujeito e bases para o desenvolvimento de cada um, portanto as práticas pedagógicas deveriam ser elaboradas considerando as especificidades de cada um, e em relação a especificidades estamos nos referindo não somente ao tempo que cada um leva para se desenvolver, mas também a realidade de cada família, com suas histórias, crenças, sonhos, etc. Este artigo pretende interrogar as pessoas que dedicam seus tempos cuidando de bebês e crianças nas creches a respeito da nova onda de negligência que esta acometendo a infância, onde o sofrimento de bebês e crianças estão sendo silenciados e aprisionados em laudos e intervenções medicamentosas.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Intervenção precoce; Práticas pedagógicas; Saúde mental;



---

<sup>1</sup> Psicanalista e Professora na Rede Municipal de Londrina. Mestranda em Psicanálise- Universidad Kennedy (Buenos Aires).

<sup>2</sup> Pós-doutora em Psicologia pela USP e em Psicanálise pela UFPB. Psicóloga do Grupo de Apoio Especializado (GEAE) da Secretaria Municipal de Educação de Londrina e atua como professora associada da Universidade Estadual de Londrina Titulação - Londrina, Paraná, Brasil. Email: cler.psicologo@gmail.com.

## **CLOSE YOUR EYES MY DARLING, NOTHING WILL WAKE YOU UP: A NOTE ON THE SILENCING OF CHILDREN IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION**

**Abstract:** Despite the fact that the history of childhood has seen a period of neglect of babies and children, studies and research into this age group, which comprises the early childhood education stage from 0 to 6 years of age, have shown that the experiences in this period constitute the subject and form the basis for each person's development. Pedagogical practices should therefore be designed to take into account the specificities of each person, and by specificities we are referring not only to the time it takes for each person to develop, but also to the reality of each family, with their stories, beliefs, dreams, etc. This article aims to question the people who spend their time caring for babies and children in nurseries about the new wave of neglect that is affecting childhood, where the suffering of babies and children is being silenced and imprisoned in reports and drug interventions

**Keywords:** Early childhood education; Early intervention; Pedagogical practices; Mental health

## **CIERRA LOS OJOS CARIÑO, NADA TE DESPERTARÁ: UNA NOTA SOBRE EL SILENCIAMIENTO DE LOS NIÑOS EN LA EDUCACIÓN INFANTIL**

**Resumen:** A pesar de que en la historia de la infancia ha existido un período de abandono de bebés y niños, los estudios e investigaciones sobre este grupo de edad, que comprende la etapa de educación infantil de 0 a 6 años, han demostrado que las experiencias vividas en este período son parte constitutiva del individuo y base del desarrollo de cada persona, por lo que las prácticas pedagógicas deben diseñarse teniendo en cuenta las especificidades de cada persona, y por especificidades nos referimos no sólo al tiempo que tarda cada persona en desarrollarse, sino también a la realidad de cada familia, con sus historias, creencias, sueños, etc. Este artículo pretende interrogar a las personas que dedican su tiempo al cuidado de bebés y niños en guarderías sobre la nueva ola de negligencia que está afectando a la infancia, donde el sufrimiento de bebés y niños está siendo silenciado y encarcelado en informes e intervenciones farmacológicas.

**Palabras clave:** Educación infantil; Intervención temprana; Prácticas pedagógicas; Salud mental

## Introdução

*Mas ele desconhecia  
Esse fato extraordinário:  
Que o operário faz a coisa  
E a coisa faz o operário.  
-Vinicius de Moraes*

É de conhecimento de quem trabalha com crianças bem pequenas em instituições de educação infantil (creche), ou pelo menos deveria ser, que uma criança pequena se humaniza na relação com o outro, diferente dos animais que são independentes em relação aos cuidados primordiais de sobrevivência quando nascem, um bebê humano é incapaz de sobreviver sozinho, pois necessita de um outro ser humano mais maduro capaz de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação e cuidado além de oferecer os recursos simbólicos que estruturam o sujeito para viver em sociedade.

Acompanhamos um número crescente de crianças entre 0 e 3 anos sendo diagnosticadas com laudos de transtornos no desenvolvimento antes mesmo de falarem as primeiras palavras, e atrelado a isso, essas crianças não escapam ao uso de medicamentos que prometem acalmá-las para que seja possível suas permanências nas creches e escolas.

Fundamentado pela teoria psicanalítica, este artigo tem como objetivo provocar inquietações nos leitores que se dedicam ao trabalho com crianças bem pequenas partindo das seguintes questões: O que nós professores temos a ver com tantas crianças comprometidas nos seus desenvolvimentos? Como as primeiras relações que acontecem nas creches influenciam ao longo da vida de uma criança? O que é ser professor de educação infantil hoje? O que queremos da educação infantil nos próximos anos?

A metodologia utilizada será o relato de experiência, pois estes questionamentos partem de reflexões que surgem dentro dos próprios muros das creches quando escutamos professores cansados, sobrecarregados, pressionados pelo sistema e pelo currículo, que também fazem uso de medicamentos psicotrópicos para suportar o que é do real que invade suas rotinas. E neste sentido que nos cabe questionar o que se passa entre o que sabemos sobre a criança e sobre a infância e o que temos feito com elas respectivamente, pois são inúmeras as práticas pedagógicas que formam os professores na direção de um trabalho que respeita a infância de cada um, que considera este período da vida, uma fase de elasticidade em que a criança vivencia experiências que irão promovendo seu desenvolvimento e estruturação subjetiva na medida que vai amadurecendo e armando um tecido simbólico, no

entanto algo acontece que na prática o que acompanhamos nos últimos anos é um silenciamento da criança decorrente do furor por diagnósticos que classificam as crianças e engessam seus comportamentos. Estas indagações precisam ultrapassar o chão da escola e ecoar nas famílias e nos profissionais da saúde, uma vez que há toda uma rede e um discurso que tem atravessado a prática do professor nas creches.

### **Creche: que lugar é esse?**

Historicamente a instituição creche foi inventada para atender crianças cujas mães eram recrutadas para colaborar com a sua mão de obra no mercado de trabalho, uma vez que o movimento de industrialização foi crescendo e demandando pessoal para dar conta de sua expansão, as mulheres foram sendo também incluídas em um espaço que antes não lhes eram familiar, pois suas responsabilidades basicamente eram cuidar da casa e da educação de seus filhos.

Na medida em que as instituições creches foram recebendo essas crianças e paralelamente a isso, pesquisadores de diferentes áreas do saber estavam investigando a criança e a infância como seus objetos de estudo, esse espaço que em um primeiro momento era apenas um reservatório de crianças, comprometidos com a assistência básica de saúde e cuidado, ao longo dos anos passou a também ser alvo de estudos relacionados à sua prática, e é a partir disso que neste artigo suscitamos os leitores a refletirem sobre que lugar é esse hoje? Qual é o olhar que os profissionais que trabalham nas creches tem sobre os bebês que atendem?

Apesar de acompanharmos na prática que muitos profissionais da educação e da saúde têm trabalhado sob uma perspectiva reducionista da infância, já faz muito tempo que deixou-se de acreditar, na teoria, que a mente do bebê é uma tábula rasa, que nasce como uma folha em branco disponível para registrar as marcas que o constituem sujeito, como afirmava o filósofo Jhon Locke (Aranha; Martins, 2006). A prematuridade do bebê não é sinônimo de passividade ou de incapacidade de criação e comunicação. As recentes investigações sobre os bebês “nos leva hoje a sustentar um saber do bebê que ele opera desde o seu nascimento, em busca de criar sentidos para o que ele encontra nas suas incursões interpretativas que lhe convocam e as que ele promove ao convocar o outro presente em seu entorno” (Parlato-Oliveira, 2020, p. 38).

Desde os primórdios das pesquisas sobre o desenvolvimento dos bebês, diferentes autores com diferentes pesquisas sustentam suas teorias partindo do princípio de que o bebê

necessita de um outro ser humano que lhe proporciona experiências e vivências para que adquira os conhecimentos necessários para conviver em sociedade na medida em que vai amadurecendo e crescendo. O que Parlatto-Oliveira (2020, p. 40) destaca é que:

O bebê é tomado apenas como um receptáculo que pouco ou nada produz a partir de si mesmo. O bebê como intérprete das ações e intenções do outro e hábil para analisar os objetos e acontecimentos do seu entorno ainda não encontra lugar nos textos clínicos e educacionais que tratam dele.

Não podemos ignorar o fato de que esse bebê, por mais prematuro que seja, também participa desse processo que envolve sua estruturação subjetiva bem como seu desenvolvimento e isso é algo que tem sido passado despercebido nas práticas de alguns profissionais que fixam seu olhar em documentos regulamentadores sobre o comportamento esperado da criança, expectativa do próprio adulto em relação às crianças que devem seguir uma norma, um padrão universal de agir, de responder ao adulto.

Mesmo antes da Educação Infantil no Brasil constituir um currículo unificado que norteasse a prática pedagógica dos profissionais que atuam nessa etapa da educação, sua finalidade já era descrita no Art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases considerando “o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996).

No Brasil o atendimento em instituições de educação infantil é dividido entre creche, na qual atende crianças de 0 a 3 anos, sendo a vaga da criança um direito e não uma obrigatoriedade como é a pré-escola que atende crianças de 4-5 anos e sua frequência nessas instituições é obrigatória desde a Emenda Constitucional n 59, de 11 de novembro de 2009 (Brasil, 2009).

O documento que foi recentemente promulgado a fim de unificar o currículo nacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) prevê a Educação Infantil como uma etapa da Educação Básica e sendo assim:

Deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades (Brasil, 2017, p. 14)

Na proposta da BNCC fica evidente o compromisso com a aprendizagem e o desenvolvimento de competências de todos os âmbitos que envolvem a vida de uma criança desde o momento em que esta começa a participar da rotina escolar no berçário. No entanto, a maneira como esse documento orienta a proposta pedagógica na prática com bebês deixa evidente uma desconsideração relativa aos atravessamentos culturais, orgânicos e sociais que influenciam na própria constituição desses sujeitos.

Considerar os objetivos das expectativas de aprendizagens por faixa etária é presumir que não há singularidade ou diversidade no desenvolvimento de cada um, ou seja, sua proposta denuncia a incoerência apresentada em relação à concepção de criança e de infância que prevê.

Uma vez que é este o documento que orienta não somente a prática das professoras como também a avaliação de cada criança “corre-se o risco de os professores focalizarem apenas objetivos de aprendizagem e desenvolvimento no planejamento de suas práticas e até mesmo de utilizarem essa listagem como indicadora de avaliação das crianças” (Silva; Carvalho, 2020, p. 502).

O alerta para esse tipo de avaliação é o olhar com que dirigimos para as singularidades que vão se evidenciando quando o objetivo é o mesmo para todos. Crianças da mesma faixa etária apresentam diferentes linguagens, diferentes comportamentos, algumas se adaptam mais rápido à rotina, outras demoram mais, e para onde olhamos quando focamos nos objetivos de aprendizagem? Há que se tomar o cuidado para não valorizar mais os documentos, as avaliações, as fichas de ocorrência, as agendas, as fotos para o instagram, do que a relação com cada criança.

Não são poucas as demandas burocráticas que as professoras de creche precisam dar conta em um dia, no entanto, não se pode perder de vista a importância que a relação que se estabelece com a criança é fundamental para sua constituição e desenvolvimento.

Ao estabelecer uma relação de confiança com o bebê ou a criança bem pequena, a professora da creche oferece amparo e segurança, que possibilita que estes se expressem a ela. Sabemos que uma das expressões de comunicação mais utilizadas por bebês e crianças bem pequenas é o choro, visto a palavra ainda não ser um recurso tão presente. Neste sentido saber ‘lidar e acolher o choro são saberes absolutamente imprescindíveis para o trabalho docente na creche’ (Schmitt, 2014, p. 72).

O choro do bebê, quando não interpretado como uma das suas formas de se comunicar com o outro pode gerar muito incômodo a quem está ali lidando com ele e com mais 15 que também irão chorar, e com todos os afazeres burocráticos da rotina, e o

silenciamento desses bebês é visado como o objetivo em detrimento do cuidado, do olhar, do conforto, e da segurança.

Delicado e exigente é o trabalho docente na creche que se coloca afetivamente disponível e atento aos bebês e crianças bem pequenas, pois o diálogo em que se banham as relações ali criadas - que são desafiadas entre a alternância da atenção individual e coletiva - não se fazem exclusivamente com palavras, mas, também, com os corpos que comunicam emoções e demandam rotinas de cuidado. Talvez os verbos mais indicados para ação pedagógica com os pequenos sejam oferecer, trocar, dialogar (seja com o corpo ou com a fala verbal), propor, esperar, encorajar, garantir, observar, dentre tantos outros que expressem uma intencionalidade educativa respeitosa e conhecedora das especificidades da pedagogia na primeira infância (Guimaraes; Arenari, 2018, p. 17).

Não obstante, refletir sobre os atos de cuidar, de afet(ar)o outro tem sido considerado por alguns autores como uma ética, para além de algo instintivo, “construídos, aprendidos e regulados no exercício diário da docência com bebês” (Carvalho, 2019, p. 190). O que vale ressaltar aqui é que a função da professora de creche nada tem a ver com perfil, que muito escutamos falar: “Não tenho perfil para trabalhar com bebês”, mas é uma ação que “demanda qualificação, respeito e reconhecimento pela sua potência e singularidade” (Carvalho, 2019, p. 199). Qual é a relação então entre os primeiros anos de vida de uma criança que frequenta as creches e seu relacionamento com as professoras?

Mesmo que a frequência de crianças de 0 a 3 anos não seja uma obrigatoriedade nas creches, observamos filas de espera para as famílias conseguirem uma vaga para seus filhos. E então o número de bebês que iniciam sua vida escolar ainda sem saber andar, ou falar, está crescendo a cada ano. O que significa também que, as salas estão superlotadas de bebês chorando, fazendo gracinhas, demandando cuidados, palavras, olhares, trocas, banhos, colos, e faz-se mais do que necessário um olhar sutil para cada um, e sim, é conhecer a maneira com que cada bebê interage com o outro, pois assim os encontros com eles se tornam possíveis.

Por muito tempo o ato de cuidar foi interpretado como uma ação assistencialista da creche, na qual era necessário realizar as trocas de fraldas, banhos, alimentação e sono do bebê apenas sob uma perspectiva higiênica e afim de suprir as necessidades básicas durante o tempo que esses seres tão pequenos permaneciam nesses espaços. E em decorrência dessa visão, o ato de cuidar sofreu alguns preconceitos e as práticas das professoras encarregadas dos cuidados com bebês também passou a ser alvo de discriminação e inferioridade em comparação às práticas pedagógicas de professoras de outras etapas da educação básica.

A consequência desse descaso em relação ao cuidar vem suscitando a organização de documentos que regulamentam a ação docente na educação infantil, com objetivos e saberes sistematizados, a fim de reparar a relevância do trabalho dessa etapa na primeira infância.

Só não podemos perder de vista que os atos de cuidado são indissociáveis à toda burocracia que envolve a prática docente das professoras de bebês, e aqui entendemos que o ato de cuidar é

Estar atento, perceber, antever, supor o outro. Cuidar é encarar com zelo e responsabilidade o compromisso da relação assumida ou que se deseja assumir. Cuidar é afetar e afetar-se. Cuidar é apostar, estender a mão, acolher. Cuidar é lançar-se ao encontro, percebendo e valorizando a singularidade de cada um. Cuidar é dar saciedade de comida, de chá, de afeto. Cuidar é ato ético-político-profissional. Cuidar é aprimorar suas próprias ferramentas pedagógicas à medida que oferece oportunidades a bebês e crianças para construir e elaborarem relações sobre si, com os outros e com o mundo. Cuidar é fato indissociável de uma docência comprometida na Educação Infantil (Ávila, 2003, p. 51).

É sabido que não existe fórmula, ou um material com o passo a passo do fazer docente, também não ignoramos o fato de ser um trabalho que exige grande esforço das profissionais que realizam esse ofício, porém se faz necessário estarmos advertidos que esse trabalho exige disponibilidade do adulto para o encontro com os bebês.

Diferente de crianças com mais idade, na qual tiveram um tempo maior de vivências e experiências nesse mundo fora da barriga da mãe e já possuem recursos simbólicos para lidar com esse lugar amplo e diverso, os bebês ao nascerem experimentam uma série de desconforto devido ao desconhecimento do ambiente fora da placenta, e geralmente quem o auxiliava em sua adaptação e exploração da vida e da cultura há algumas décadas atrás eram as pessoas do seu círculo próximo e familiar. Essa realidade mudou e cada vez mais acompanhamos matrículas de bebês com poucos meses de vida nas creches, dependendo da legislação de cada município. Isso implica considerar que:

Para os bebês, a ida para a creche significa a ampliação dos contatos com o mundo; para os adultos, responsáveis pela educação das crianças na creche, significa selecionar, refletir e organizar a vida na escola com práticas sociais que evidenciem os modos como os professores compreendem o patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico e os modos como traduzem, no exercício da docência, as suas propostas pedagógicas. (Barbosa, 2010, p. 4-5).

De acordo com Barbosa (2010), ser professora de creche implica uma disponibilidade de estar junto com as crianças, é buscar compreender as suas manifestações

de choro, de incômodo, de mordidas, partindo do acompanhamento desses corpos através do seu próprio olhar e escutar.

### **A creche como ambulatório de pré-triagem nos tempos atuais**

Considerando o que foi exposto até aqui, é possível reconhecer e admitir que as relações entre as professoras de creches e os bebês são mais do que importantes, podemos afirmar que são indispensáveis para a constituição do sujeito de cada um, e não somente porque oferecem os cuidados necessários, mas porque tudo o que atravessa essa relação entre cada bebê e sua professora pode ser um espaço de constituição ou de silenciamento de cada sujeito.

Aqui neste item iremos refletir sobre as narrativas e as percepções que cada professora possui sobre as crianças e as infâncias, pois estamos acompanhando um prolongamento do discurso médico dentro dos muros da escola quando nos deparamos com crianças que questionam as nossas certezas.

Saullo, Rosetti-Ferreira e Amorim (2013) apresentam em seu trabalho o caso de um bebê-mordedor e suas indagações nos levam a questionar os dias atuais e como as crianças que provocam incômodos e estranhamentos estão sendo interpretadas pela escola e pelos profissionais de saúde mental.

Como lidar com o cuidado de um bebê diferente, que desestabiliza a maneira tradicional (Otta; Bussab, 1998) e pede novos olhares? Como ver, então, ‘o que de bom tem o menino mau’ (Maia et al., 2007, p. 341)? Como mediar o processo, se, de forma ambivalente, no momento em que se encontra uma explicação, retira-se do sujeito a culpa; ou, ao contrário, reforça-se a maldade que existe nele? Como mediar, para que o processo não resulte na cristalização de um rótulo (Greenman; Stonehouse, 1994), na constituição de estigma? Como embasar o cuidado e a educação, sem foco na contenção e na exclusão (que, no caso, levou à retirada da criança da creche)? (Saullo; Rosetti-Ferreira; Amorim, 2013, p. 94).

Não podemos ignorar o fato de que os bebês participam ativamente de sua própria constituição subjetiva, mas isso não justifica a desresponsabilização de que as trocas com os adultos influenciam esse processo que é dinâmico, uma vez que seus olhares, suas vozes, as palavras que os adultos banham o corpo dos bebês produzem marcas em seus corpos e em suas subjetividades. “Pode-se dizer que essa postura medeia e circunscreve, tanto abrindo como limitando possibilidades de transformação dessa situação, com repercussões na constituição da subjetividade da criança” (Saullo; Rosetti-Ferreira; Amorim, 2013, p. 95)

O que esses autores ressaltam é que as concepções que os cuidadores de bebês possuem sobre a criança e a infância influenciam diretamente nas propostas e intervenções diante, inclusive das singularidades. E nos cabe neste momento questionar como o discurso normativo decorrente das proposições médicas têm influenciado o olhar e o saber das professoras para esses bebês, pois está cada vez mais comum encontrarmos professores nos corredores com insegurança em relação a o que fazer, como agir frente as manifestações das crianças que hoje estão sendo laudadas com algum tipo de transtorno.

Está sendo difundido e lançado uma campanha de que quanto mais cedo a escola identificar as características diferentes nos bebês e quanto mais cedo os diagnósticos forem realizados, melhor para a criança, porque mais cedo se inicia o tratamento medicamentoso e também as psicoterapias de intervenção.

Ivan Illich (1975) já apresentava uma preocupação relacionada à influência da medicina moderna enquanto um saber especialista sobre a saúde das pessoas e na potência disso corromper as pessoas a ponto de se tornarem dependentes desse saber sobre elas e na mesma direção desse pensamento, Foucault (1989, 2006) denunciava o controle social exercido pela medicina moderna.

É neste sentido que devemos problematizar o atravessamento das normatizações dos documentos psiquiátricos nas avaliações realizadas das crianças, pois há que se tomar um cuidado para não reproduzirmos e estendermos o saber psiquiátrico para dentro dos muros das escolas, uma vez que há estudos que já apontam um número crescente de encaminhamentos de crianças com algum tipo de dificuldade para os médicos por parte das escolas. Há não muito tempo atrás esses comportamentos desviantes ou as dificuldades de aprendizagem eram encaminhadas para psicólogos em forma de uma questão. Hoje a indicação de consulta psiquiátrica tem se transformado em triagens onde escola e psiquiatria selaram uma aliança e são parceiros na medicalização e produção de crianças doentes. “A escola ocupou um lugar de destaque ao ser responsável pelo papel de triagem que lhe confere o mercado do adoecer psíquico e de encaminhamento aos serviços públicos de saúde toda e qualquer criança cujo comportamento não estivesse dentro dos padrões estipulados para o adequado aprendizado.” (Barbosa, 2019, p. 10)

Na campanha para os diagnósticos precoces há controvérsias, por um lado há que se verificar que identificar previamente o sofrimento de um bebê, de uma criança pode ser extremamente satisfatório e provocar efeitos muito positivos para a direção do seu tratamento, porém na contramão de um diagnóstico responsável o que encontramos desenfreadamente é o silenciamento desse sofrimento através da intervenção farmacológica,

sem contar o enclausuramento do sujeito dentro de um padrão de comportamentos designados por um laudo médico. E neste sentido tem crescido absurdamente o número de crianças fazendo uso de medicamentos psicotrópicos para controlar comportamentos que interrogam os padrões de ser e de aprender e ignora-se o fato de que:

Existe um tempo próprio de cada um, é claro, de desenvolver-se emocionalmente e cognitivamente. As medicações retardariam este processo, uma vez que inviabilizam a participação ativa do sujeito nestas atividades. É necessário o completo engajamento da criança em todos os seus momentos, e entorpecê-la tiraria dela oportunidades únicas de se desenvolver (Barbosa, 2019, p. 11).

E por fim o que fica evidente neste processo de medicalização da infância, é o processo de medicalização da aprendizagem, onde vemos professores cada vez mais perdidos em suas funções que estão sendo confundidas com as funções de triadores. Professores que antes se ocupavam de identificar nas diferenças, os potenciais de cada um, hoje são profissionais preocupados em identificar comportamentos e sinais de crianças com problemas psiquiátricos. E com isso vai se formando uma nova geração de professores:

que têm sido alijados(as) de seus saberes, em nome de uma necessidade de conhecimentos de um determinado extrato do campo da Saúde, sem os quais não seria possível escolarizar a parcela – cada vez maior – de educandos(as) com algum diagnóstico. São profissionais com estudo e experiência, mas cuja especificidade, que é a formação em Educação, tem sido dispensada, em nome de uma formação paramédica. E assim, legitima-se ainda mais a lógica médica, pelo discurso da desnecessidade dos saberes educacionais, que devem ser substituídos por processos de triagem, intervenção breve e encaminhamento de estudantes portadores de patologias para serviços de Saúde. E tal subalternização não se trata de erro de percurso, mas de resposta a um projeto político (Angelucci, 2014, p. 124-125).

Temos assistido professores inseguros em suas práticas, rendendo-se aos documentos de saúde mental e abandonando seus conhecimentos sobre Educação enquanto uma ciência. Professores especialistas em educação especial, em autismo, em neurociências, e cada vez menos especialistas em educação infantil. Aonde estão os conhecimentos sobre a infância? sobre os bebês? sobre o tempo de cada criança? Quando estamos com as crianças, qual é a régua que utilizamos para avaliar? Com o que temos nos ocupado na rotina escolar? A quem estamos a serviço quando entramos em uma sala com bebês sob nossa responsabilidade?

### **Considerações finais**

Essas são questões que devem ser levantadas diante de tantos documentos que invadem as preocupações do professor em sala de aula, pois quando paramos para refletir sobre os objetivos de aprendizagem da BNCC e sobre os manuais psiquiátricos que também constituem pano de fundo do material do professor, fica evidente que não há espaço para ser bebê e ser criança na infância dos tempos atuais e as tentativas desses seres tão pequenos de se manifestarem são logo silenciadas por intervenções perversas de um sistema de controle de saúde mental.

Sendo assim, concluímos que é urgente repensarmos os referenciais teóricos que estão embasando o olhar e o trabalho com crianças tão pequenas que se encontram amarradas e sem possibilidades de se constituírem por estarem cercadas de olhares reducionistas e incapacitantes.

### Referências

ANGELUCCI, Carla Biancha. Medicalização das diferenças funcionais: continuismos nas justificativas de uma educação especial subordinada aos diagnósticos. *Revista Nuances: Estudos sobre Educação*, Presidente Prudente, v. 25, n. 1, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2745>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ÁVILA, Ângela Aline Hack Schindwein. *Tem alguma coisa, mas não sei o quê: o caminho entre a inquietação docente e a medicalização de bebês e crianças bem pequenas na creche*. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. As especificidades da ação pedagógica com os bebês. In: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO PERSPECTIVAS ATUAIS, 1., 2010, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: [s. n.], 2010. p. 1-17. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7154-2-2-artigo-mec-acao-pedagogica-bebes-m-carmem/file>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BARBOSA, Saionara Aparecida. Mapeando as controvérsias que envolvem o processo de medicalização da infância. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 31, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/TFpKcDxxBQwzxYmytCVJBzt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024

BRASIL. *Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: presidência da República, 1996.

BRASIL. *Emenda Constitucional n 59, de 11 de novembro de 2009*. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009 [...]. Brasília: Presidência da República, 2009

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. Afetos docentes e relações de cuidado na creche: narrativas de professoras em discussão. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. 1, p. 188–207, jan./mar.2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10239>. Acesso em: 16 jan. 2024

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Marins Fontes. 2006. Curso do Collège de France (1973- 1974).

GUIMARÃES, Daniela; ARENARI, Rachel. Na creche, cuidados corporais, afetividade e dialogia. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-19, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/ZCgyPDSVjvvyHMfdRwY6YBw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2024

ILLICH, Ivan. *A expropriação da saúde: nêmesis da Medicina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

PARLATTO-OLIVEIRA, Erika. *O bebê e as tramas da linguagem*. São Paulo: Instituto Langage, 2020.

SAULLO, Rosaria Fernanda Magrin; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; AMORIM, Katia de Souza. Cuidando ou tomando cuidado? agressividade, mediação e constituição do sujeito - um estudo de caso sobre um bebê mordedor em creche. *Pro-Posições*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 81-98, set/dez. 2013 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/kbxXW7trfSbkfnfKpHWLyxBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024

SCHMITT, R. V. *As relações sociais entre professoras, bebês e crianças pequenas: contornos da ação docente*. 2014. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SILVA, Marcelo Oliveira; CARVALHO, Rodrigo Saballa de. Concepções sobre currículo na Educação Infantil: ressonâncias da Pedagogia da Infância em narrativas de professoras. *Currículo sem Fronteiras*, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 497-514, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/silva-carvalho.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024

*Recebido em: 13 de agosto de 2024*

*Aceite em: 22 de novembro 2024*